

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre o contrato nº13/2022, assinado em 11/04/2022 e aditivado em 11/04/2023, firmado entre a pasta e a empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA, CNPJ 11.162.311/0001-73.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos sobre o contrato nº13/2022¹, assinado em 11/04/2022 e aditivado em 11/04/2023, firmado entre a pasta e a empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA, CNPJ 11.162.311/0001-73.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as demandas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP reconhecer como importantes:

- 1) O sócio-administrador da empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA, que já recebeu mais de 372 milhões² dos cofres públicos, é o Sr. Gildenilson Braz Torres, ex-beneficiário³ de auxílio emergencial. De acordo com o Jornal Estadão, Gildenilson não demonstra conhecimento sobre as atividades da R7 Facilities e tem

1 <https://portaldatransparencia.gov.br/contratos/118146125?ordenarPor=descricao&direcao=asc>, acessado em 21 de fevereiro de 2024.

2 <https://portaldatransparencia.gov.br/despesas/favorecido?faseDespesa=3&favorecido=23737389&ordenarPor=valor&direcao=desc>, acessado em 21 de fevereiro de 2024.

3 <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios/auxilio-emergencial/186691279-gildenilson-braz-torres?ordenarPor=numeroParcela&direcao=desc>, acessado em 21 de fevereiro de 2024.



posses totalmente incompatíveis com os rendimentos milionários da empresa da qual consta formalmente como sócio-administrador. Além disso, não é possível encontrar, em bancos de dados públicos, informações sobre outros sócios e funcionários da empresa. Sobre o assunto, questionamos:

- 1.2) O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem conhecimento sobre a existência de outros sócios da empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA? Se sim, quem são?
- 1.3) Quais são os funcionários ou representantes da empresa com os quais a pasta lida no dia-a-dia na fiscalização do referido contrato?
- 2) A execução do referido contrato guarda relação com as fragilidades evidenciadas na segurança da Penitenciária Federal de Mossoró que permitiram a fuga dos detentos Rogério da Silva Mendonça e Deibson Cabral Nascimento?
- 3) No momento da formalização do termo aditivo 12023⁴ quais serviços haviam sido prestados pela empresa? Quais serviços foram prestados após a assinatura do termo aditivo? Quais serviços ainda estão pendentes de prestação pela empresa, considerando o prazo de vigência do contrato? Os serviços prestados foram validados pela pasta?

JUSTIFICATIVA

Reportagem investigativa publicada pelo jornal Estadão⁵ revelou situações no mínimo estranhas relacionadas à empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA, CNPJ 11.162.311/0001-73, contratada pelo Fundo Penitenciário Nacional, órgão subordinado ao Ministério da Justiça e

⁴<https://portaldatransparencia.gov.br/contratos/118146125?ordenarPor=descricao&direcao=asc>, acessado em 21 de fevereiro 2024.

⁵ <https://www.estadao.com.br/brasil/prisao-de-mossoro-governo-contratou-empresa-de-laranja-para-obra-no-presidio-que-teve-fuga-do-cvl/>, acessado em 21 de fevereiro de 2024.



Segurança Pública, para prestação de serviços de operação e de manutenção predial preventiva, corretiva e preditiva na Penitenciária Federal de Mossoró/RN. De acordo com o jornal, “apesar do tamanho da companhia, o sócio-administrador é um técnico de contabilidade que recebeu 12 parcelas do auxílio emergencial, benefício pago a cidadãos em vulnerabilidade financeira durante a pandemia da covid-19. Gildenilson Braz Torres, de 47 anos, tem como endereço uma casa simples no Riacho Fundo, região periférica do Distrito Federal, e não soube dar informações sobre a operação da empresa”.

Chama a atenção também a ausência de informações no site da empresa e em bancos de dados públicos sobre a existência de outros sócios e sobre a identidade dos membros do corpo diretivo e até mesmo dos funcionários da empresa, que possui faturamento anual de R\$ 195 milhões e R\$ 353 milhões em contratos ativos com os setores público e privado. A “cereja do bolo” são os serviços de manutenção predial prestados pela empresa na Penitenciária Federal de Mossoró, que registrou recentemente as primeiras fugas na história do sistema penitenciário federal.

Na qualidade de deputada federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do Art. 49 da Constituição Federal de 1988, solicito as informações acima discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos citados.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

Deputada Federal ADRIANA VENTURA (NOVO/SP)





Requerimento de Informação **(Da Sra. Adriana Ventura)**

Requer informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública sobre o contrato nº13/2022, assinado em 11/04/2022 e aditivado em 11/04/2023, firmado entre a pasta e a empresa R7 Facilities – Manutenção e Serviços LTDA, CNPJ 11.162.311/0001-73.

Assinaram eletronicamente o documento CD242702384900, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Gilson Marques (NOVO/SC)

